



Jornal Negócios

13-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Economia/Neócios

Âmbito: Nacional

Tiragem: 18239

Temática: Economia

Dimensão: 1417

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/26/27

Paulo Trigo Pereira
defende limite
constitucional
do défice

PROFESSOR DO ISEG E ESPECIALISTA EM FINANÇAS PÚBLICAS

“Devíamos ter limite ao défice na Constituição mesmo sem a UE o exigir”

“Um limite ao défice é compaginável com um Estado grande ou pequeno”. Ou seja, não impõe balizas ideológicas, argumenta o docente Paulo Trigo Pereira

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

Em quase 40 anos de democracia, Portugal nunca atingiu contas equilibradas. Para Paulo Trigo Pereira, a “culpa” é da ausência de instituições sólidas capazes de aumentar o escrutínio sobre o sistema democrático – uma conclusão ensaiada no livro “Dívida Pública e Défice Democrático”, lançado recentemente.

Como é que chegámos até aqui?

A tese do meu livro é que ao longo das últimas três décadas houve uma série de leis e instituições que “abriram caixas de Pandora”. Foi a criação de empresas na Administração Local, a opção pelas Parcerias Público Privadas, as desorçamentações, etc. No fundo foram decisões políticas, muitas em forma de lei, que alteraram progressivamente a estrutura do Estado, com impacto negativo nas finanças públicas.

Que só foram postas na ordem por imposição: o primeiro programa do FMI, a adesão à Europa, agora de novo o FMI. Só pomos a casa em ordem sob pressão externa?

Esse é o problema central: não temos instituições que nos levem a ter finanças públicas sustentáveis. Só quando chegam ao descabro é que vem a intervenção externa e temos forçosamente de tomar uma série de medidas para as equilibrar. Mas isto não é solução, porque a troika vai-se embora e não podemos arriscar-nos a cair no mesmo problema passado alguns anos. Precisamos de instituições diferentes.

Como, por exemplo?

A constitucionalização de um limite para o défice e a dívida. Mesmo que a União Europeia o exija. Já se argumentou que a Constituição não se muda para um período de cinco anos, mas o problema das contas públicas é um problema sério, com tendência para se agravar nas próximas décadas. É uma refor-

ma para os próximos 40 anos.

Ou seja, a regra não devia ser apresentada como imposição externa?

Exacto, é uma mudança importante porque nos obriga a interiorizar a necessidade do equilíbrio orçamental. Mas na prática também acaba por ser a integração, no ordenamento jurídico nacional, daquilo que, como Estado, já subscrevemos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Temos de assumir isto.

Mas não inscreve na Constituição uma opção ideológica em torno de um modelo de sociedade?

Se a Constituição dissesse que o Estado só podia ter um peso de 40 ou 50% na economia, isso seria claramente ideológico. Mas um limite ao défice é compaginável com um Estado grande ou pequeno, a única imposição é que haja uma relação entre receitas e despesas.

Não representa uma limitação ao nível da política contra-cíclica?

A regra que eu defendo é que o saldo deve depender do rácio de dívida sobre o PIB. Se a dívida estiver nos 50%, o défice pode perfeitamente ir até aos 3% e assim deixar espaço à discricionariedade dos Governos. Mas se a dívida está nos 100%, política contra-cíclica pode levar-nos à bancarrota...

A implicação de uma regra como essa para Portugal, neste momento, não é ficar de mãos atadas durante muito tempo? A dívida só chega aos 60% perto de 2030...

Bom, nós não sabemos o que vai acontecer em 2013. Se não houver nenhum perdão de dívida, nenhum reescalonamento, então de facto ficávamos sem fazer política expansionista...

E acha que vai haver?

Portugal tem de fazer o trabalho de casa bem feito até 2013. Aí vamos olhar para situação da economia e,

se acontecer aquilo que eu penso que vai acontecer – que é a recessão a continuar –, então temos de ter uma conversa séria com os credores, com a troika, e dizer: fizemos o trabalho de casa, privatizámos, reduzimos o défice, mas a economia não cresce. E portanto temos um dilema e queremos discutir soluções.

Que seria uma reestruturação?

Aí temos de convencer a troika de que a única solução para Portugal – e possivelmente para outros países da União Europeia – é uma reestruturação da dívida, mesmo que pequena, associada a um forte compromisso de consolidação das contas. Porque há uma grande diferença entre emprestar dinheiro a países que sistematicamente continuam a ter défices e países que fazem o trabalho de casa.

E a Europa aceitará?

A Europa não pode andar a criar mais excepções “ad hoc”, depois do que aconteceu com a Grécia. Mas pode definir regras, que seriam, por exemplo: pode haver um perdão de dívida, desde que os países em causa mostrem que fizeram sacrifícios, que cumpriram o essencial dos planos de consolidação e estão a convergir para uma situação sustentável. No fundo, é criar condições para que cresçam.

O discurso muito austero do Governo já está a ser ensaiado para preparar terreno para um cenário desses?

O Governo está a dizer aquilo que tem de dizer neste momento, e acho que só tem de fazer mais trabalho ao nível de mostrar aos países e aos “media” internacionais aquilo que tem conseguido. Aquilo que eu referi é um cenário para 2013; se começássemos agora a falar em reestruturação perdíamos toda a credibilidade. Onde eu discordo é na forma como a consolidação é feita, através dos funcionários públicos e pensionistas. Com mais trabalho, poder-se-ia ter feito diferente.

Não temos instituições que nos levem a ter finanças públicas sustentáveis. Só quando chegam ao descabro é que vem a intervenção externa. Não é solução.

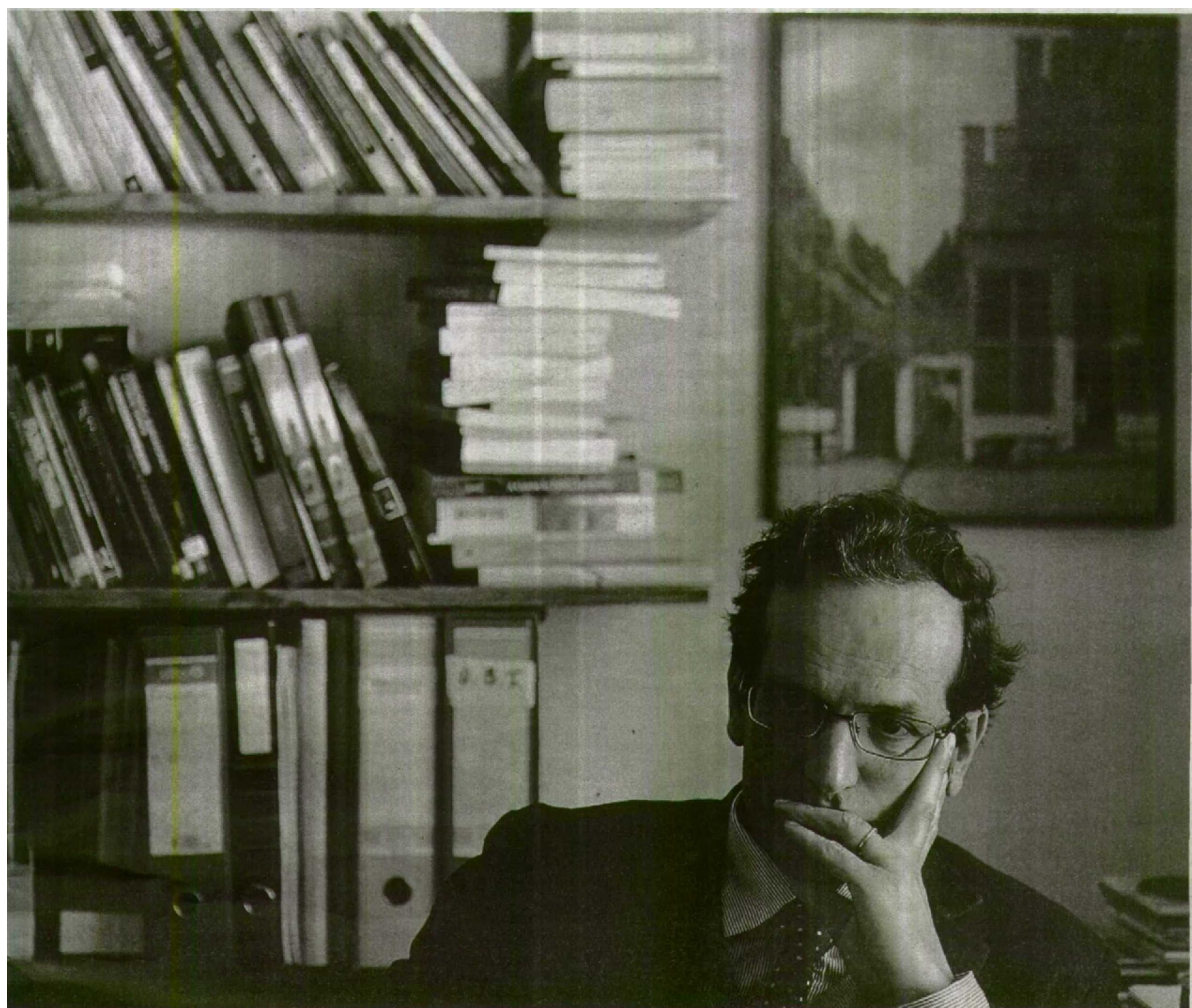
Um défice inscrito na Constituição obriga-nos a interiorizar a necessidade de equilíbrio orçamental.

Se chegarmos a 2013 e a recessão continuar, como eu penso que vai acontecer, temos de convencer a troika que a única solução para Portugal é uma reestruturação da dívida.



Trigo Pereira aponta razões para persistente défice público

O ensaio, que foi pedido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, é o quinto livro de Paulo Trigo Pereira. A obra, lançada há duas semanas, aborda o problema das finanças públicas, explicando as razões que levaram Portugal a gerar défices persistentes ao longo dos anos – o sistema de remunerações da Função Pública criado por Miguel Cadilhe, a empresarialização de entidades públicas, o crescimento do sector dos Fundos e Serviços Autónomos e a questão das Regiões Autónomas. Na segunda parte, Trigo Pereira explica as circunstâncias que fizeram com que estes problemas de concentração em Portugal e o que se pode fazer para que as contas públicas se tornem definitivamente sustentáveis. Para o autor, a mudança de instituições é a chave.



PERFIL

ENTRE AS FINANÇAS PÚBLICAS E AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Paulo Trigo Pereira é professor associado no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), universidade pela qual obteve agregação. Doutorou na Universidade de Leicester, foi investigador na London School of Economics, Universidade de Nova Iorque, Yale e Amesterdão. As suas áreas de investigação são as finanças públicas e economia das instituições, um campo que analisa as ligações entre instituições e resultados económicos. Em Portugal, esteve integrado no grupo que redigiu o PRACE - o Programa de Reforma da Administração Central do Estado, para o Governo socialista de José Sócrates, e participou na revisão da Lei das Finanças Regionais (em 2006).

“Lei de financiamento dos partidos devia consignar verbas a grupos de estudo”

Especialista critica o debate feito ao nível do Parlamento e pede mais trabalho técnico. Papel da Assembleia da República devia ser aumentado

PEDRO ROMANO
promano@negocios.pt

Fala muito na criação de instituições. A criação de um Conselho de Finanças Públicas (CFP) é um passo nesse sentido?

O CFP é um órgão muito importante. É mais uma instituição, que deve funcionar a par de outras. E isto passa por alterar o funcionamento dos partidos, criar regras, dignificar a Assembleia da República, nomeadamente ao nível do papel que tem

nos grandes investimentos do País.

O Parlamento aprova as Grandes opções do Plano (GOP).

Que são um mero pró-forma. As GOP são apreciadas pelo Conselho Económico e Social e muitas vezes quando este a recebe ele já está a dar entrada na Assembleia. É uma enenação. No que diz respeito a grandes decisões - aeroportos, barragens, plano rodoviário nacional - devia passar tudo pela Assembleia.

Diz-se que os próprios deputados não têm competências para analisar as matérias...

Mas isso é uma “pescadinha de rabo na boca”. Se não se capacita os deputados, eles não têm competências; e se não têm competências, não se pode apreciar as questões no Parlamento. É preciso renovar a democracia, de forma a que estes órgãos

possam actuar efectivamente. Neste momento, o papel fiscalizador da Assembleia não está a usado como devia.

Que apreciação faz do debate em torno do Orçamento?

Uma apreciação muito má. Desde logo pelo tempo que dura o debate. Este ano, nas audições feitas na especialidade ia um Ministério de manhã e outro de tarde. O Orçamento não é discutido. Não há qualidade de debate, nem pode haver. Para haver debate tinha de haver tempo - Portugal é dos países com menos tempo de debate - e um grupo de estudos que analise a fundo o Orçamento, que não podem ser os assessores dos deputados.

E aí toca noutro ponto, que é o estolamento intelectual dos partidos...

Exacto. Não se percebe como é que um partido pode fazer oposição

sem ter “know how” interno que aliente essa oposição. Não é um problema só da oposição: acontece o mesmo no Governo. Este Governo já cometeu muitos erros - como a redução do número de Ministérios - apenas porque não têm ninguém a pensar em termos de grupos de estudos internos.

Como é que se resolve?

Eu defendo que se devia rever a lei de financiamento dos partidos políticos, de forma a que uma parte das verbas fossem consignadas a grupos de estudo. À semelhança do que acontece com a Lei das Finanças Locais, em que foi criada uma verba consignada à educação. Não há democracia sem partidos políticos com “know how”. A discussão do Orçamento não pode ser um folclore em que se tiram “coelhos da cartola” para tentar encostar o Governo.

Acha que a ligação que faz entre ausência de boas instituições e problemas orçamentais é óbvia aos olhos do cidadão comum?

Eu acho que a sociedade sente que esta situação não pode continuar. Os cidadãos estão atordoados porque não percebem por que é que caíram neste buraco e estão receptivos a uma mudança de práticas. Mas o que lhes está a ser oferecido é apenas o cumprimento do Memorando da troika, e eu acho pouco.

É preciso ir além da “troika”?

É preciso ir além da “troika”, mas num sentido diferente daquele que é empregue pelo Governo. E que passa, sobretudo, por uma mudança cultural e de práticas para aumentarmos o escrutínio democrático das nossas instituições políticas.